

DOIS LANÇAMENTOS IMPORTANTES

No dia 29 de novembro de 2001, no Centro do Curso de Pós-Graduação de História da PUCRS, houve o lançamento de duas obras importantes escritas pelo Prof. Walter Rela, professor emérito de la Universidad de la República e da Universidad Católica del Uruguay.

Trata-se de *ESPAÑA em el RIO DE LA PLATA e HERNANDARIAS CRIOLLO ASUNCENO*. O ato teve a presença do Consul Geral do Uruguai, Dr. Oscar M. Demaría.

España em el Rio de La Plata, descubrimiento y poblamientos (1516-1588), compõem o livro:

DESCUBRIMIENTO

Juan Díaz de Solís en el Mar Dulce, Hernando de Magallanes, Exploración, Sebastián Caboto y la Sierra de la Plata, Diego García de Moguer y los varios Descubrimientos.

POBLAMIENTOS

Adelantados, Gobernadores

Pedro de Mendoza, Domingo Martínez de Irala, Alvar Núñez, Juan Ortiz de Zárate, Juan de Garay, Otros Personajes Representativos (1537-1588), Juan Torres de Vera y Aragón.

HERNANDARIAS CRIOLLO ASUNCENO- Índice:

Cronología histórica 1560-1631:

Probanzas, Bibliografía consultada, Documentario, Cartas y memorias.

São obras preciosas para consulta dos primeiros tempos da colonização de Espanha no Cone Sul.

“Eu” conta a “tu” histórias que ouviu d’“ele”:¹ quem é ele?

Margareth Schäffer²

RESUMO – Este texto pretende contar algumas histórias acerca do Ele na enunciação, que vão desde a possibilidade de um “Eu que conta a Tu histórias que ouviu d’Ele”, passando pelos desdobramentos que o Ele pode assumir – duplo Ele – e, finalmente, chegando à possibilidade deste Ele corresponder a “uma quarta pessoa do singular”. Para tanto, busco intercessores na área da lingüística enunciativa, nos estudos culturais e históricos, bem como na psicanálise, de forma a delinear um percurso a respeito de como o outro, o Ele, é marcado na enunciação.

“[ele] acolhe o enigma do ser sem que este possa apaziguar o seu próprio” (Blanchot, 1973).

“Benveniste e Blanchot respondem. Não que eles se tenham conhecido pessoalmente – nada sei sobre isso, mas não acredito –, ou como autores (nenhum dos dois, salvo erro, cita o outro). Não, quero falar de duas fórmulas notáveis por sua heteromorfia: Benveniste fala do tempo do discurso como sendo aquele do ‘tempo eternamente presente’ e Blanchot fala do tempo da escrita como ‘passividade de um tempo sem presente’. Os contextos de enunciação respectivos

¹ Esta parte do título é uma adaptação de “Eu diz a tu histórias que eu obtém d’ele”, utilizada por Dufour na obra *Os mistérios da trindade* (2000). Tal adaptação deve sua origem ao entrelaçamento que realizei, neste artigo, entre a argumentação que Dufour faz acerca da estrutura trinitária e o modo como a enunciação aparece nas *Histórias* contadas por Heródoto e analisadas por Hartog (2000).

² Margareth Schäffer é Professora Titular do Pós-Graduação em Educação da UFRGS e Pesquisadora do CNPq. Coordena o grupo de pesquisas sobre Educação, subjetividade e linguagem (E-mail: marga@edu.ufrgs.br).

dessas fórmulas se apóiam explicitamente numa reflexão que põe em jogo os pronomes pessoais. 'O tempo eternamente presente' de Benveniste está referido às relações interlocutórias da oralidade que se estendem entre 'eu' e 'tu' a propósito de 'ele', enquanto a 'passividade de um tempo sem presente' de Blanchot é referida à escrita e aos desdobramentos do 'ele'." (Dufour, 2000).

1 Histórias da enunciação

Duas grandes práticas de simbolização sobre as quais se funda a civilização são a fala e a escrita. Há diversas formas de contarmos a história dessas práticas: podemos contá-las através da relação entre a orelha e o olho; entre o oral e o escrito; entre a apresentação e o irrepresentável; entre outras. Meu objetivo inicial, neste texto, é contar algumas histórias acerca da enunciação, buscando intercessores na área da lingüística enunciativa³, nos estudos culturais e históricos, bem como na psicanálise, de forma que o leitor possa traçar algum percurso a respeito de como o outro, na enunciação, é marcado.

Com a intenção de construir um percurso reflexivo para o estudo da enunciação, estabeleço, inicialmente, relação entre o olho e o ouvido, entre a fala e o escrito, utilizando, para tanto, a polêmica estabelecida, através da história, entre Heródoto e Tucídides. Como consequência desta polêmica, surge a pergunta em relação a Heródoto – quem é Ele: historiador ou “mentiroso”? Com essa questão, começo a delinear algumas possibilidades acerca da função do Ele na enunciação. Entretanto, tal pergunta não é sem consequências, já que o delineamento feito aponta para um duplo Ele, um desdobramento de Ele na enunciação. Tal fato significa, na escritura deste texto, ter que recorrer a outras histórias acerca d'Ele, já que a existência de um duplo Ele é, a princípio, paradoxal. Ao sair do escopo estrito da enunciação, encontro alguns argumentos a respeito das possibilidades de desdobramento do Ele: em M. Safouan, na área da psicanálise; em D. Dufour, na área da filosofia da linguagem, da estética e da educação; em Maurice Blanchot, na área da literatura e na da crítica literária; em Giles Deleuze, na área da filosofia e literatura; entre outros. Entretanto, não sem surpresa, todos esses teóricos, de forma direta ou indireta, anunciam o que já estava em potência na própria lingüística da enunciação, através

de Emile Benveniste, ou seja, o Ele pode assumir duas possibilidades: uma que promove (ausência representada na presença) e outra que aniquila e minora (ausência irrepresentável na presença). Este texto pretende, portanto, contar algumas histórias acerca dos desdobramentos d'Ele na enunciação, que vão desde a possibilidade de um Eu conta a Tu histórias que ouviu d'Ele, passando pelos desdobramentos que o Ele pode assumir e, finalmente, chegando à possibilidade deste Ele corresponder a “uma quarta pessoa do singular”.

2 Muthôdes e enunciação: entre Heródoto e Tucídides

A história entre *muthôdes* e enunciação, entre Heródoto e Tucídides, tem como função, neste texto, iniciar um delineamento acerca da função do Ele e de seus desdobramentos. É com Tucídides, historiador, nas críticas dirigidas a Heródoto, também historiador, que a palavra *muthôdes* surge. Creio ser interessante, para o leitor, conhecer uma parte desta história, já que estas críticas, de certa forma, testemunham a tensão entre fala e escrita, entre olho e ouvido, anunciando um caminho de estudo para a enunciação e para a função do Ele.

Assim, contar a história das idéias, das teorias, dos feitos pode, por um lado, ser à moda de Tucídides – simplesmente verdadeira, como procura da verdade e do dizer certo (científico?) e, nessa direção, só podemos confiar no olho (*opsis*), que é o que nos leva a um conhecimento claro e distinto (a orelha nunca é segura) – por outro lado, pode ser à moda de Heródoto, onde a orelha (*akoē*) e o olho (*opsis*) compõem a base do método. Assim,

“a investigação apoia-se primeiro no olho – a autópsia (o fato de ver em pessoa) –, em seguida, na orelha, recebendo oralmente informações de pessoas que ‘sabem’ ou que se considera que saibam. Se a orelha substitui o olho, quando a autópsia encontra seus limites no espaço e, ainda mais rápido, no tempo, não cumpriria, no entanto, concluir disso que, para Heródoto, o gênero de conhecimento proporcionado pela autópsia seja, por sua natureza, ‘mais verdadeiro’ do que permite a *akoē*” (Hartog, 1993, p. 379. In: *Dicionário das ciências históricas*, org. por André Burguière).

Heródoto é chamado o pai da história. Entretanto, Tucídides, que só acredita no olho, chamou-o praticamente de “mentiroso”, já que o classificou entre os contadores de histórias (*logógraphos*). Desse modo, parece ser “mentiroso” aquele que, além de confiar no olho, confia no ouvido para contar histórias. Assim, contar al-

³ Não pretendo estabelecer, neste artigo, uma trajetória acerca dos estudos de enunciação. Indico, para o leitor, o artigo de Valdir N. Flores, nesta revista, o qual estabelece uma excelente trajetória acerca dos estudos da enunciação.

gumas histórias sobre/da linguagem pode ser à moda de Tucídides ou à moda de Heródoto. A via do “mentiroso”, ou seja, a do contador de histórias (*Historiê*/pesquisa) – onde o olho (*opsis*) e a orelha (*akoê*) fazem o método – parece-nos uma via interessante para ser utilizada na travessia da linguagem.

Na Educação, como na maior parte das áreas das Ciências Humanas, olho e orelha fazem o caminho do método; não recusamos os prazeres da orelha, tal como Tucídides. Quando este critica o conceito jônico de *Historiê* utilizado por Heródoto, diz que os utilizadores de tal método cedem ao prazer da orelha e, portanto, são fundamentalmente viciados. Pejorativamente, Tucídides denomina os que fazem *Historiê* de “*muthôdes*, algo que nem é, francamente, *muthos*, como fazem os poetas, nem, obviamente, outra coisa” (idem), ou seja, não é nem ciência, nem verdadeiro, nem poesia. À moda de Heródoto, eu diria que o método é aquilo que não é nem ciência e nem arte, mas é *muthôdes*.

Assim, por um lado, temos a enunciação cujo método é *muthôdes*, o olho e o ouvido e, por outro lado, encontramos o modo como o pronome pessoal Ele exerce dupla função na enunciação, já que Ele, Heródoto, é, ao mesmo tempo, o pai da História e um “mentiroso” – duplo Ele. A discussão que concerne ao desdobramento do Ele será objeto de análise nas seções subseqüentes.

Na próxima seção, com o auxílio de Hartog (2000), procurarei demarcar as condições de enunciação presentes na forma como Heródoto narra as guerras médicas. Tal narrativa pressupõe o revezamento entre um Eu e um Ele;⁴ “sob o ele avança o eu, instaurando um vaivém entre presença e ausência” (idem, p. 25). As marcas do Eu dizem do presente da enunciação, do aqui e agora e, as marcas do Ele dizem do ausente – a não-pessoa segundo a classificação de Benveniste (1988). Este Ele – não-pessoa –, pode ser duplo, tal como referido acima. Deixemos em suspenso, por enquanto, a discussão acerca do duplo Ele e passemos a examinar como Hartog explicita, no exame da obra de Heródoto, o processo de confrontação entre o Eles (*eles dizem que*) e o Ele/Eu do narrador.

Entretanto, creio ser importante assinalar que a recorrência a Heródoto – pai da história –, não se deve a uma crença no poder da palavra arcaica para melhor dizer uma possibilidade de verdade. As imagens, as palavras do passado são, é verdade, sempre sedutoras, o que não significa que tudo o que foi enunciado con-

servou plena validade. A recorrência ao arcaico, ao antigo, vale de maneira aproximativa daquilo que, da história,⁵ serve-nos como espelho. Não é sem razão que a obra de Hartog (idem) denomina-se *O espelho de Heródoto*. Starobinski (2001), ao tratar sobre as razões de interrogar os antigos, fornece um auxílio complementar a minha argumentação, ao afirmar que “a palavra arcaica não tem outro privilégio, [...], se não o de ter sido a primeira a aparecer, e de ter por vezes imposto às eras consecutivas conservá-la na memória (consciente ou inconscientemente), para a repetir, transpor ou contradizer” (p. 261). Para o autor, a palavra arcaica pertence a um momento findo, sendo que a nós, que com ela nos ocupamos, cabe medir a distância que dela nos separa, o desvio que tomamos, a diferença de que vive nossa curiosidade (idem, p. 264). Após esse desvio justificativo, parece ficar mais tranqüilo, o que não quer dizer mais fácil, examinar a enunciação.

3 Entre o olho e o ouvido

Hartog (idem), no seu ensaio sobre *O espelho de Heródoto*, apresenta uma retórica da alteridade que se desenvolve entre o olho e o ouvido, sendo que, do ponto de vista da transcrição dessa alteridade, o que importa são a presença ou a ausência de marcas fortes de enunciação. É sobre o que o autor denomina de jogo da enunciação que procurarei me deter, não sem antes procurar situar o leitor a respeito dessa bela obra de Hartog.

Muitos autores escolhem uma metáfora para conduzir seu texto e esse é o caso de Hartog, ao escolher o espelho para falar,

⁴ Walter Benjamin (1992), nas teses sobre a Filosofia da História, situa, em outros termos, o atual e o inatual da história. Vejamos: “A história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, antes formando um tempo pleno de ‘agora’. Assim, para Robespierre, a Roma antiga era um passado carregado de ‘agora’, surgido no contínuo da história. A Revolução Francesa considerava-se um recomeço de Roma. Citava a antiga Roma exactamente como a moda cita um traje antigo. É ao percorrer a selva de outrora que a moda cheira o aroma daquilo que é actual. Ela é o salto de tigre no passado. Um tal salto não pode efectuar-se a não ser numa arena dirigida pela classe dirigente. Efectuado em pleno ar, o mesmo salto é o salto dialéctico, a revolução tal qual a concebeu Marx” (1992, p. 166). Ao percorrer a selva de outrora, temos o aroma do que é actual: tão actual, que aqueles que se dedicam a analisar os efeitos do ataque terrorista às Torres do World Trade Center, tal como, por exemplo, o faz Giannotti (Caderno Mais da Folha de São Paulo, 7 out. 2001), não dispensam de recorrer à selva de outrora: “[...] No entanto, quando o coração de Nova York foi ferido, pensei que o inconcebível poderia acontecer. O mundo de nossas possibilidades reais não foi além de seus limites estabelecidos? Não foi o que se deu com o saque de Roma por Alarico? Não sugeriu a Agostinho a idéia de uma cidade de Deus? Mas a ira não deve obscurecer a necessidade de ampliar nossa capacidade de refletir” (p. 12), adverte-nos Giannotti.

através de Heródoto, como os gregos da época clássica representaram para si os outros, os não-gregos. Assim, "As Histórias são de certo este espelho no qual o historiador não cessou jamais de olhar, de interrogar-se sobre sua própria identidade: ele é esse que olha e é olhado, questionador-questionado – enfim, sempre conduzido a declinar seus títulos e suas qualidades. O que é ele: historiador ou 'mentiroso'?" (idem, p. 38). Como não possuo, ainda, os argumentos necessários para dizer quem é Ele, contento-me em fornecer alguns desvios para responder a questão.

É, pois, uma história da alteridade que o ensaio de Hartog sobre Heródoto nos fornece; uma história que, como diz o próprio autor, é "com seu ritmo, seus tempos fortes e suas rupturas, se for possível cercá-los de algum modo" (idem, p. 37) Os *citas* são este outro que, em negativo, diz do povo grego. Quem são os *citas* de Heródoto? O autor trata os *citas* como um significante, procurando traçar no interior da narrativa o percurso desse significante, elencando todos os predicados que a ele se agregam. A soma desses predicados seria os *citas* de Heródoto. Assim, Hartog escolheu o *lógos cita* entre as narrativas de Heródoto, "pois o cita não deixa de espantar os gregos; é ele que põe em fuga o exército de Dario, o rei dos persas, e, sobretudo, ele é este nômade que não tem nem casa, nem cidade, nem campo lavrado" (idem, p. 38).

O significante *cita* pode dizer da solidão, da selvageria, do distanciamento, enfim, do nomadismo. Um povo cuja terra fica nos confins do mundo, a margem de qualquer lugar. É além das culturas; seria o que nós chamamos zona das margens em relação à cidade. Na Cítia o poder é nômade (Os *citas* dizem...; eles dizem; qual a origem desse enunciado, não se sabe). Entretanto, os *citas* se dizem sedentários e agricultores, enquanto os gregos os vêem como nômades. Os *citas* são o mais jovem dos povos. Haveria, assim, uma relação entre nomadismo e juventude? Hartog pergunta: onde se localiza o povo *cita* ? Em um espaço europeu ou faz parte da Ásia? Parece que é na fronteira entre os dois, nos limites, mas isso depende da versão em conta. Como os *citas* são caracterizados pela mobilidade, pois para eles não existiria fronteira entre Ásia e Europa, eles estão entre-os-dois espaços. Para Hartog, a narrativa herodotiana vai sustentar duas posições acerca da origem do povo *cita* : "os *citas* são 'atenienses' e, ao mesmo tempo, são o contrário deles, enquanto nômades. [...] Os *citas* são, com efeito, povo apólis por natureza" (idem, p. 93).

Os *citas* fazem a guerra, sem entrar nela; fugindo da guerra. Essa é sua estratégia. Afinal, são nômades. Por estar no entre, é necessário uma ponte – que é um operador entre dois espaços –;

entretanto, nenhuma ponte pode dar tal acesso, pois o espaço *cita* é um espaço de alteridade. A Cítia é um espaço do outro e o código da alteridade desse outro é o nomadismo.

Os aspectos históricos acima mencionados apontam questões interessantes e, porque não, de uma atualidade ímpar, principalmente no que diz respeito às questões de alteridade e de estratégias de guerra (Estados Unidos e a guerra ao "terrorismo"). Entretanto, para o que eu me propus neste trabalho, o desvio por tais questões exigiria uma discussão para além dos aspectos de enunciação aí implicados; exigiria uma discussão política mais acurada, o que não é possível no momento.

O modelo narrativo empregado por Heródoto dá pouco espaço para as marcas da enunciação. Entretanto, para Hartog, o Eu Herodotiano intervém em duas ocasiões: *Ouvi dizer e que ele saiba que foi seu irmão que o matou* . A narrativa se desenvolve entre um narrador e um destinatário implícito no texto. Mas, também, é necessário prestar atenção a todas as marcas da enunciação presentes no texto: Nas *Histórias* , tudo se passa entre quatro marcas: *eu vi, eu ouvi; eu digo, eu escrevo* . Os enunciados têm que ser lidos pelo jogo das marcas de enunciação, as quais dão a pista para sabermos quem fala, a quem e como.

Para Hartog, a ausência das marcas fortes de enunciação ou seu apagamento nas *Histórias* é uma das técnicas empregadas pelo narrador para aumentar o peso da alteridade na sua narrativa (a alteridade em estado cru ou selvagem). Os dois pólos entre os quais se inscreve a retórica da alteridade são, segundo o autor, o olho e o ouvido. "– olho de viajante e ouvido de público (mas, também, ouvido de viajante e olho de público). Do olho ao ouvido, o percurso não é linear, existindo, pelo contrário, todo um conjunto de corredores, escadas, passarelas, interrupções, continuações" (p. 273). O percurso entre olho e ouvido, na sua não-linearidade, representa, para o autor, o jogo da enunciação.

No jogo enunciativo herodotiano, há um *eu vi* ⁴ como primeira marca da enunciação; um *eu ouvi* como segunda marca de enunciação; há, finalmente, os narradores secundários – a terceira pessoa –, que tanto pode ser o próprio Heródoto, como pode ser os gregos – eles, os gregos –, ou seja, todos os outros convocados. Assim, por exemplo, temos Heródoto dizendo *Eu vi, é verdadeiro e é maravilhoso* . Há uma presença forte das marcas da enunciação, onde o *eu vi*

⁴ Hartog precisa que "Hístor, como lembra Benveniste, é, em época muito antiga, a testemunha enquanto aquele que sabe, mas, desde logo, também enquanto aquele que viu" (2000, p. 274).

é, segundo Hartog, um operador de crença. O *eu vi*, do ponto de vista da enunciação, “dá crédito a um eu digo, na medida em que digo o que vi” (idem, p. 278). Uma segunda marca de enunciação é o *eu ouvi* – *ouvi eu próprio* (nível direto); finalmente, há o *diz-se que...* (nível indireto/não há marca forte de enunciação; entretanto, ela manifesta-se de forma sutil, mesmo que não se saiba quem cita ou quem é citado, sendo que a autoridade do *diz-se* varia conforme o contexto da narrativa).

Para Hartog, mesmo que a enunciação esteja ausente sob a forma positiva de um *eu vi*, *eu ouvi*, encontra-se, na narrativa de Heródoto, vestígios, *piscadelas que podem ser percebidas pelo destinatário* (idem, p. 266).

A história de Zálmoxis⁷ parece ser exemplar no que diz respeito ao exame dos vestígios da enunciação. Reterei na análise que Hartog faz dessa história apenas uma questão, a qual diz respeito a uma longa problematização acerca da identidade. O autor, ao analisar o livro IV das *Histórias* de Heródoto, interroga-se sobre a identidade de Zálmoxis: *Ele é homem, demônio ou Deus? Quando nasceu? Quando morreu?* (idem, p. 116). Perguntas sem respostas definitivas, diz o autor. Entretanto, impossível não responder de alguma forma. Assim, Hartog diz que “Zálmoxis pode ser homem ou demônio. Ele pode ter sido um e ser o outro. Pode ainda ser alguma outra coisa. Afinal, é nessa abertura que reside sua alteridade” (idem, p. 139). A interrogação que o autor faz sobre a identidade de Zálmoxis pode, também, visar o próprio Heródoto – pai da história e “mentiroso”. Quem é Heródoto? Quem é Ele? Pai ou “mentiroso”? Os dois ao mesmo tempo? Duplo Ele? Retomarei, mais adiante, essas interrogações. É necessário, no momento, voltar a pensar sobre as marcas fortes de enunciação – *eu vi*, *eu ouvi*, as quais dizem da tensão existente entre o olho e o ouvido, entre o escrito e o oral.

Eu sei por ter visto e eu sei por ter ouvido: a palavra sabe e vale como conhecimento. Temos, portanto, nas *Histórias* de Heródoto, o discurso oral valorizado. Isso pressupõe um mundo em que o oral não é desvalorizado em relação ao escrito. “Esta é a Grécia no séc. V, que não é ainda um mundo da escrita, mas apenas um mundo da palavra escrita” (idem, p. 284). Mesmo a escrita já sendo conhecida, a cultura oral permanece sendo valorizada, moldando as estruturas mentais e o saber compartilhado pelos gregos na época. “À Grécia também se aplica o conceito de cultura escrita

restrita, e existe uma ‘mestiçagem’ entre o escrito e o oral. Heródoto e as *Histórias* testemunham essa mestiçagem” (idem, p. 284-285).

Fiz referências, na introdução deste texto, às diferenças entre Heródoto e Tucídides, assinalando que o método de Heródoto diz respeito à retórica da alteridade, ao tensionamento entre o olho e o ouvido, enquanto Tucídides parece instalar-se diretamente no mundo da escrita e da retórica positivista. Na história positivista, abolem-se as marcas fortes da enunciação. Entretanto, adverte-nos Hartog, a enunciação subsiste nos restos, nos silêncios dos arquivos.

O leitor, assim como eu, poderia perguntar-se se a *coisa escrita*⁸ oferece um saber mais seguro que a narrativa oral. Para Heródoto, a escrita pode mentir. Entretanto, para Tucídides, a escrita evita as ciladas, as seduções; ela, a escrita, faz limite. “Mas, ao recusar toda a oralidade, dela não escapa – a obra é para ser lida, destina-se à audição” (idem, p. 294). Também Tucídides, tal como Heródoto, coloca-se entre⁹ o oral e o escrito.¹⁰ Só que ele, Heródoto, é um rapsodo em prosa e isso significa que “As *Histórias* não contém a lição da escrita, e Heródoto é um homem entre o oral e o escrito. [...] Fundamentalmente, seu projeto é outro e, escrevendo suas ‘*Histórias*’, produz ele um novo memorial, muito diferente da memória épica” (idem, p. 297).

Observávamos, anteriormente, que no jogo enunciativo da narrativa herodotiana – na escrita das *Histórias* –, existem três participantes: o primeiro narrador (*eu vi*, *eu ouvi*); o segundo narrador (o destinatário/tu, que aparece sob a marca do Eles ou do Nós); e,

⁷ A discussão em torno do estatuto da escrita, ontem e hoje, merece uma discussão mais acurada, ou seja, merece um outro trabalho. Entretanto, não posso deixar de assinalar uma observação que Michel de Certeau faz acerca do escrito. Ao examinar a ciência da fábula – na qual a palavra é plena, mas implícita e que, através da execução erudita, se torna explícita – o autor assinala que o sucesso de tal escrito tem como condição um fato estranho, uma exterioridade – a oralidade, sem a qual a escritura não funcionaria, ou seja: a voz faz escrever (CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano* – 1. *Artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994). Ver, ainda, do mesmo autor, *A escrita da história* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000).

⁸ Em *Subjetividade e enunciação* (1999), discuti mais longamente o estatuto do entre-lugares, da ambivalência na enunciação. Ocupar o lugar do *entre* diz respeito, principalmente, à possibilidade da alteridade se instaurar. Heródoto, na sua narrativa das *Histórias*, situa-se nesse *entre*, no *entre-lugares* entre o oral e o escrito, *entre-lugares* entre o olho e o ouvido – lugar de alteridade.

⁹ Benjamim (1984), quando escreve sobre a teoria barroca da linguagem, assinala, também, o tensionamento existente *entre* o oral e o escrito. “Para o Barroco, a tensão entre a palavra falada e a palavra escrita é incomensurável. Pode-se dizer que a palavra falada é o êxtase da criação; seu desnudamento, sua presunção, sua impotência diante de Deus; a palavra escrita é compostura, dignidade, superioridade em face das coisas” (p. 224).

a terceira pessoa (narradores secundários). Hartog observa que o importante é que só o narrador principal pode ocupar todas as posições discursivas, ou seja, pode-se fazer narrador, narratário e, quando quiser, fazer-se narrador novamente. Assim, interessa-me, particularmente, o modo como esse Eu se faz Ele, ou seja, quais as possibilidades de desdobramento do Ele na enunciação.

O modo como o Ele aparece na enunciação herodotiana das *Histórias* pode ser examinado, neste trabalho, sob um duplo aspecto: por um lado, podemos analisar a forma como Hartog sublinha o papel do Ele na narrativa herodotiana e, por outro lado, podemos examinar como o próprio nome de Heródoto pode ser objeto de desdobramento do Ele – Ele como pai da história e Ele como “mentiroso”. Mesmo que o exame das possibilidades de desdobramento do Ele não tenha sido o objetivo específico de análise de Hartog, foi ele quem forneceu as melhores *pistas* para tal abordagem.

3.1 *Pistas acerca d'Ele*

Não é difícil, a princípio, encontrar o lugar do Ele no jogo enunciativo estabelecido por Heródoto e analisado por Hartog. Tal como indicado anteriormente, as marcas da enunciação estão bem mapeadas, bastando seguir as indicações fornecidas. Entretanto, não se chega ao Ele tão facilmente, principalmente quando o Ele se desdobra em muitos Eles. Uma das indicações de Hartog para chegar ao Ele é através do *mythos*,¹¹ que é o *outro* da narrativa, ou seja: *o mythos é o que na narrativa do outro, designa como outro da narrativa* (idem, p. 303).

Mythos surge como o outro do discurso historiográfico; *discurso do prazer e prazer do discurso* (idem, p. 310). Assim, o discurso de Heródoto é justamente perigoso por ser prazeroso. O mitólogo seria, na verdade, um poeta mascarado, que conta histórias de “mentirosos”. Tucídides foi um dos primeiros historiadores a situar a narrativa herodotiana do lado do *mythos*. Não é, pois, sem razão, que Hartog diz que Tucídides surge como a figura do *parricida*, ou seja, aquele que assassina o pai – o pai da história e, ao

fazê-lo, inaugura um outro nome para Heródoto – o de “mentiroso”.¹²

Está em jogo, na denominação de Heródoto como “mentiroso”, a ruptura entre o domínio do oral e o domínio do escrito, objeto de análise da seção anterior. Assim, Tucídides opõe o *mythos* – o ouvido, o prazer –, ao permanente e ao verdadeiro, que é o escrito. Por não acreditar na memória, pois esta pertence ao *mythodes*, ao engano, Tucídides representa uma ruptura decisiva em favor da escrita contra a vivacidade da palavra oral. O que vale, para ele, é a reflexão rigorosa baseada em fatos, pois quem confia nos prazeres da orelha só pode ser um “mentiroso”; assim, no lugar de pai da história, temos o “mentiroso” da história. É sobre isso que trataremos na próxima seção, de modo a cercear como essa dupla nomeação de Heródoto corresponde a um desdobramento do Ele na enunciação.

4 Quem é ele? Historiador ou “mentiroso”?

Com Tucídides, a paternidade de Heródoto é questionada; é um pai que é preciso exorcizar, evocar ou invocar, ou mesmo dessembarçar-se. Ele, Heródoto de Policanarso fala que *ouviu* tal coisa, ou seja, apela a um outro ausente, que não se sabe quem é. Por conta desse fato, chamam-no de “mentiroso”. Aliás, não é a questão do “mentiroso” que lhe é contestada, pois isso faz parte do modo como conduz a narrativa, ou seja: “ele pretende dizer lógoi quando narra suas histórias, mas seus lógoi são também mythoi, pois ele não acredita que haja um real alcançável, nem no início, nem no fim” (Hartog, 2000, p. 376). Assim, ele faz história e poesia, ou seja, une verdade e prazer. “Ele embaralha as categorias, escapa as leis do gênero e transgride as regras de ofício” (idem). Então, por fazer isso, o que lhe é questionado é o lugar de pai, de pai da história. É-lhe questionado a paternidade.

Temos, pois, um paradoxo: sendo sem dúvida o pai da história, não é verdadeiramente um historiador, como se a paternidade devesse, necessariamente, comportar uma parte inacabada. Vejamos, na integra, como Hartog, nos apresenta a questão:

¹¹ Livros inteiros foram escritos contra Heródoto. Podemos invocar, aqui, alguns deles: *Sobre o roubo de Heródoto*, de Valério Pólio; *Sobre as mentiras de Heródoto*, de Élio Harpócrates e, principalmente, o tratado de Plutarco *Sobre a malignidade de Heródoto*. Escapa aos meus objetivos discutir tais obras. Entretanto, é importante observar que tais obras representam o desmoronamento do fazer-creer, assinalando que a narrativa herodotiana não mais consegue efeito de crença.

“Ver nele o pai, de um lado, e, infelizmente, também o mentiroso do outro, um duplo vergonhoso que ele arrasta atrás de si, é, de fato, muito simplista. Não, ele é, a um só tempo, pai e ‘mentiroso’, pois justamente na medida em que ocupa esse lugar à parte, próprio do pai, escapa, em parte, das leis do gênero de que se lhe reconhece a paternidade, podendo também ser mentiroso. O pai não é necessariamente o mentiroso, mas é porque ele é o pai, que surge igualmente como mentiroso. Olhando-os assim, Heródoto e a seqüência de suas interpretações formam um espelho que aumenta as coisas, através do qual se pode propor esta questão, velha como Heródoto, a qual atualmente se propõe de novo para nós e nos concerne: a questão da história e da ficção” (p. 376-377).

A resposta à questão acerca da história e da ficção é dada pelo próprio Hartog – “Pai e mentiroso, história e ficção” (idem, p. 377) –, é o modo como o autor propõe que pensemos a relação entre história e ficção. Temos, assim, delimitado, o desdobramento dos dois nomes de Heródoto – Ele, pai da história, e, Ele, “mentiroso” e ficcionista; os dois nomes de Heródoto – duplo Ele.

Entretanto, não podemos esquecer que há outra possibilidade de pensar o Ele, a qual diz respeito ao modo como o jogo da enunciação aparece nas *Histórias* narradas por Heródoto. Ele, Heródoto, é o sujeito soberano da enunciação: *eu vi, eu ouvi, eu sei*. Só que é um eu-narrador que apela, por isso, a um “Ele”, que não é uma pessoa, mas uma ausência. Como entender um Ele que é, ao mesmo tempo, presença e ausência? É presença, pois podemos achar suas pistas na narrativa, mas, ao mesmo tempo, é ausência radical. Da mesma forma, como podemos entender que Heródoto possa ter, simultaneamente, dois nomes, duas possibilidades de Ele?

A discussão que pretendo estabelecer na próxima seção pretende, assim, iniciar a problematizar a possibilidade de existência de um duplo Ele, não mais pelas referências às *Histórias* de Heródoto, mas, através do exame de algumas posições teóricas que se propõem a tematizar o papel do Ele. Tais teorias, de forma implícita ou explícita, tomam por base as reflexões desenvolvidas por Benveniste no texto *Da subjetividade na linguagem* (1988).

5 Outras histórias acerca d’Ele: problematização do duplo Ele

Verificamos que nas *Histórias* contadas por Heródoto é possível encontrar o tempo eternamente presente da relação entre Eu e Tu a propósito de Ele (Benveniste). O que não desenvolvemos, ainda, diz respeito à passividade de um tempo sem presente, o

qual concerne à escrita e aos desdobramentos de Ele (Blanchot). Baseada em Safouan, Benveniste, Dufour e Deleuze, procurarei argumentar que já se encontra presente, na obra de Benveniste, a possibilidade de desdobramento do Ele.

Ao examinar o texto de Safouan *Somente há um sujeito que fala* (2001), encontro referências ao texto de Benveniste *Sobre a subjetividade na linguagem* (1988). Safouan observa que Benveniste anuncia quase uma revolução, mas não chega às últimas conseqüências desta. No artigo em questão, Benveniste subordina a produção do sujeito à sua emergência na instância do discurso como eu (Je) – “Sujeito é aquele que diz eu”. Para Safouan, tal fórmula é muito ousada, já que está dizendo “que o sujeito não é outra coisa senão a emergência, no ser, de uma propriedade da linguagem” (idem, p. 77).

Por mais interessante que seja, não pretendo examinar toda a argumentação apresentada por Safouan acerca dessa questão. Pretendo sublinhar, apenas, a recorrência que o autor faz a Benveniste, de modo a problematizar o papel do Ele na enunciação. É com Benveniste que encontramos que o homem torna-se sujeito; ele torna-se sujeito quando diz EU; assim, é sujeito que habita a linguagem. Textualmente diz Benveniste: “o sujeito é somente a emergência no ser de uma propriedade da linguagem, a propriedade que inclui o pronome no qual ele se designa e em que ele é sujeito, em razão mesma dessa designação” (1988).

Para Safouan, parece haver, entretanto, nesse mesmo texto de Benveniste, outra perspectiva, não necessariamente contraditória, mas problemática: o sujeito seria uma consciência de si que não é possível sem outra consciência de si – o tu, tornado seu eco; o tu é uma co-presença pois, assim que o tu assume a posição daquele que fala, ele passa a ser o Eu. Há, pois, a relação Eu-tu, que se funda num presente e que estabelece uma relação de intersubjetividade, mas às custas de um Tu que é co-presença e que logo que o sujeito “abre a boca” para dizer algo, passar a ser o Eu – o sujeito que se diz Eu.

Assim, Safouan argumenta que, por um lado, tem-se a tese segundo a qual há um sujeito pelo fator de haver linguagem, pelo fato de o sujeito poder se nomear Eu; por outro lado, há a tese da existência da linguagem porque há dois sujeitos, Eu-Tu. Essa é uma perspectiva subjetivista, intersubjetiva, a qual sustenta toda a idéia de comunicação. Benveniste, acredita-se, não poderia deixar de sustentar a idéia de subjetividade, da relação Eu-tu, pois senão não poderia haver sociedade. Como a sociedade poderia existir de outra maneira? Como poderia haver sociedade sem a suposição de que não há um sem o outro? Para responder tal questão, Safouan

examina a noção de sociedade e, para ele, quem diz sociedade, diz norma. Para fundamentar seu ponto de vista, faz um apelo a Hans Kelsen, um dos maiores juristas do século.¹³

Não pretendo me estender na recorrência que Safouan faz à teoria jurídica de Kelsen; entretanto, é interessante pontuar, para nossa discussão, a seguinte questão: há uma falha na argumentação do jurista Kelsen que diz respeito ao desconhecimento deste de um Ele enigmático. Para Safouan, Kelsen não conta que a palavra é, ao mesmo tempo, um ato (uma enunciação) e o lugar onde o sujeito toma a responsabilidade desse ato. É o ponto onde se liga a identidade com a lei, com um terceiro que a garante, que tem um nome, que é um nome da lei.

Para validar sua argumentação, Safouan conta a história da garota que encontra uma bolota e diz que se pode ajoelhar diante dela e isso, a bolota, será um Deus. Depois disso, ela joga a bolota fora e diz – “tonei-me louca. Ela tem razão, diz-nos o autor, pois ela pode criar Deus, mas ela não pode criar a lei. Se ela diz que cria a lei é porque está louca” (p. 84). Assim, ou bem a loucura, ou bem o mundo da lei. E o mundo da lei é o mundo do “Eu sou Ele. Esse ele que se chama em árabe o pronome do ausente” (Idem, p. 86). O Ele, o ausente, o terceiro, ou seja, aquele que garante que o Eu-Tu possam existir. Assim, temos que a díade Eu-tu se presnetifica no tempo presente; o Ele, enquanto ausente, é o que sustenta, o que garante a díade Eu-Tu. Chegamos a uma ordem trinitária e não mais díadica. Chegamos ao que funda toda a possibilidade da palavra – uma ausência que faz a presença existir – lei geral da simbolização, onde a tríade é a condição básica de toda enunciação. Fora da lei, não se tem nada, não se deve nada. Safouan conclui sua argumentação dizendo que não se pode conceber a linguagem sem uma ordem de leis, ou seja: “é o conjunto de leis que é preciso reunir às formas de agenciamento que a linguagem oferece para que haja um sujeito enquanto sujeito que fala” (Idem, p. 89).

Com a argumentação de Safouan temos, de forma diferencial, retomado o jogo da enunciação através do qual Hartog examinava as *Histórias* de Heródoto. Assim, Eu é aquele que fala; Tu é aquele a quem se fala; Ele é aquele que está ausente (a lei), mas que faz de sua ausência a sua força (as leis). Disso podemos concluir que, para ser sujeito, é preciso ser três, pois o ato de nascimento do sujeito compreende três tempos: Eu, Tu, Ele. Segundo Dufour (2000), é

preciso ser três, ao mesmo tempo, para estancar o erro do Um, o erro do unário, do sujeito que se diz Eu.

O Eu/unário é um erro de cálculo inaugural pelo qual o sujeito entra no discurso. Assim, a ordem binária do Eu-tu, da intersubjetividade, é posterior ao erro do Eu/unário, ou seja: há duas ordens de erro da origem: a do Eu/unário, pela qual se entra na linguagem (vide as dificuldades de as crianças se colocarem na posição de Eu – falam como se fosse um ele, assim como acontece em algumas patologias) e a da relação Eu-Tu, a qual funda toda a intersubjetividade. A origem, se se quer falar em origem, é sempre trinitária: Eu-Tu/Ele. Esse Ele, esse terceiro, é o grande ausente da enunciação, mas, contraditoriamente, é quem garante toda a cena enunciativa. Retomo a citação de Dufour, com a qual iniciei este artigo: “‘O tempo eternamente presente’ de Benveniste está referido às relações interlocutórias da oralidade que se estendem entre ‘eu’ e ‘tu’ a propósito de ‘ele’, enquanto a ‘passividade de um tempo sem presente’ de Blanchot é referida à escrita e aos desdobramentos do ‘ele’.” (2000).

Argumento que podemos encontrar em Benveniste mesmo, através da categoria de não-pessoa, tanto o Ele como presença/ausência, o qual garante toda possibilidade de enunciação, de simbolização e representação, como o Ele enquanto ausência radical, o qual responde pela ordem do irrepresentável.

O Ele, a categoria de *não-pessoa* de Benveniste, é o grande ausente e, paradoxalmente, é a presença e a garantia para que se fale. Para Dufour (2000), a base da linguagem apresenta uma estrutura trinitária, ou seja: é preciso haver três (ou quatro) para que um sujeito fale. O autor argumenta que a noção de Eu é ilusória, é um engano que cometemos para entrar na linguagem, engano que a representação tenta corrigir instaurando uma díade (Eu-tu), uma relação intersubjetiva que, na sua estrutura de origem, sempre é três. A invocação de Safouan às leis, à ordem moral, aos deuses, falam, na verdade, dessa estrutura trinitária. Entretanto, se formos analisar mais detidamente tal estruturação, encontraremos uma ordenação quaternária, já que temos de lançar mão ainda de um Ele desdobrado, duplo, ou seja: um Ele que garante a possibilidade de simbolização, de representação e um Ele que é da ordem do irrepresentável, o qual diz respeito ao silêncio e ao indizível, bem como a tudo ao que concerne o “impossível de ser dito”.

Apesar de Safouan advogar pela plena atualidade da teoria de Benveniste, não encontramos, em sua argumentação, a explicitação da possibilidade da existência de um desdobramento do Ele, de um quarto elemento, esse sim da ordem do irrepresentável e do

¹³ Para uma análise mais detalhada sobre das relações entre intersubjetividade, sociedade, norma e lei, remete o leitor ao texto de Safouan *Somente há um sujeito que fala* (In: SAFOUAN, M. *O homem e o sujeito*. Rio de Janeiro: Revinter, 2001).

indizível. Salientávamos, em outro momento deste texto, que, para Safouan, Benveniste não poderia ter tirado todas as conseqüências de seu modelo, pois isso inviabilizaria a noção de intersubjetividade e, portanto, a de sociedade. Assim, Safouan explicita a possibilidade de um Ele representável e de um Ele irrepresentável, mas não em termos da teoria enunciativa de Benveniste; ele explicita o Ele irrepresentável em termos da Lei, recorrendo às falhas que a teoria jurídica de Kelsen apresenta.

Para falar deste quarto elemento – o Ele duplo, desdobrado –, já presente como possibilidade na teoria da enunciação de Benveniste, recorro a Dufour e a Deleuze. Assim, talvez possamos compor uma certa trajetória a respeito do papel do Ele na enunciação, proposição desejada desde o início deste artigo, quando argumentava em prol de um método – *muthôdes* – para a enunciação e, ao mesmo tempo, anunciava que tal método deveria necessariamente comportar o tensionamento entre olho e ouvido, entre um pai da história e um pai “mentiroso”, entre história e ficção e, finalmente, entre o oral e o escrito. Que o leitor me perdoe os longos desvios. Só posso convocar como atenuante a inexistência de uma estrada única para chegar n’Ele.

6 Os desdobramentos acerca d’Ele

No início deste artigo, eu assinalava que existem diversas maneiras de contar algumas histórias acerca da fala e da escrita; assinalava, ainda, que eu havia escolhido contar esta história através da tensão enunciativa que podemos estabelecer a partir de um “Eu conta a tu histórias que ouviu d’ele”. Entretanto, não sem surpresa, ao buscar estabelecer tal percurso, “tropeço” na terceira pessoa do singular – o Ele. Encontro, pois, não somente o Ele enquanto categoria de *não-pessoa* – ausência que permite ao sujeito falar –, mas o Ele enquanto representante de um irrepresentável, por mais paradoxal que isso possa parecer.

6.1 O Ele/Ele na estrutura trinitária

O que pretendo colocar em questão, a partir de agora, é o modo como a enunciação encontra o “limite” de um desdobramento do Ele – um Ele barrado. O Ele barrado é a notação formal para designar um limite irreduzível ao sujeito falante; ameaça absoluta de toda simbolização. Dufour (2000) refere-se ao Ele barrado¹⁴ co-

¹⁴ Utilizarei, a partir deste momento, a seguinte notação para o Ele barrado: Ele/.

mo o último elo da relação Eu-Tu-Ele, cuja função, por sua própria inexistência, é designar o “nada, nenhum sujeito, a ausência radical; o mutismo na sua forma não-consentida, não desempenhada. O autismo? O silêncio?” (p. 111).

Contar a história da enunciação e da escrita através de um Ele/ produz consideráveis dificuldades, já que este pode representar o nada. Entretanto, valendo-me de Dufour, argumento que o Ele/ não pode ser identificado ao nada; contraditoriamente, ele designa o nada, o não-representável e, enquanto função, ele existe. Assim, nessa função de designação, o Ele/ é simulacro, dissimulação. “O ‘ele’ é, pelo menos, contraditório: ‘ele’ porta em si uma negação que não pode assumir totalmente” (p. 112).

Na obra *Os mistérios da trindade* (2000), Dufour desenvolve longamente a tese acerca da existência de um Ele que representa o irrepresentável. Tal formulação deve-se, entre outros argumentos elencados pelo autor, à descoberta/redescoberta da base trinitária da língua, ou seja: “a língua ‘natural, aquela que vocês e eu falamos todos os dias, é habitada pela trindade. Em outros termos, queiramos ou não, como sujeitos falantes, somos sujeitos do trinitário” (p. 16). Argumenta o autor que estamos tão mergulhados no modo binário que esquecemos da *velha coisa trinitária*. Entretanto, não descobrimos/retornamos à coisa trinitária sem ter-se feito binário até a raiz dos cabelos (p. 33).¹⁵

De forma similar à obra de Hartog (2000), tal como examinamos em seções anteriores, Dufour, baseado em Deleuze, elege uma metáfora organizadora para problematizar a existência da estrutura trinitária da língua – a metáfora da “casa vazia: a ‘casa vazia’ é de fato uma ‘caixa preta’ que encerra o que o estruturalismo precisou ‘excluir’” (p. 33). Para o autor, o estruturalismo, em sua binariedade, precisou deixar de lado, excluir o trinitário da língua; entretanto, isso que ele exclui em nome de um discurso da ciência, é o que lhe retorna, questionando-o. Assim, a casa vazia, na verdade, está cheia daquilo que o estruturalismo precisou recalcar para se constituir.¹⁶

Dufour recorre especialmente às formulações de Benveniste para validar seus argumentos¹⁷ acerca da *coisa trinitária*. Pergunta-

¹⁵ O fazer-se binário até a raiz dos cabelos para, daí, redescobrir que, desde o início, o que estava em questão era a estrutura trinitária, é uma afirmação que, certamente, ultrapassa o âmbito do estruturalismo, dizendo respeito, inclusive, aos modos de constituição da subjetividade.

¹⁶ Indico, para o leitor, especialmente, a leitura da primeira e quinta parte da obra referida.

¹⁷ Não só a Benveniste. Recorre, ainda, a Jakobson, Lévi-Strauss e, especialmente, a Jacques Lacan. Cabe referir que, para Dufour, “a Linguística da enunciação, a análise

se o autor: de onde sai a trindade? “Do mesmo lugar que o unário: existe, na caixa preta do estruturalismo, um segundo tipo de relação não-binária. Ao lado da relação unária coexiste, com efeito, um outro esquema, de forma trinitária” (Idem, p. 49). Interessa-me, sobretudo, a argumentação que o autor desenvolve a respeito das relações entre a trindade e a língua, explicitando a função que os pronomes pessoais aí exercem, ou seja: “Quando um sujeito fala, ele diz ‘eu’ a um ‘tu’, a propósito d’‘ele’.” (Idem, p. 69).

Para o autor, foi Benveniste, em *Problemas de lingüística geral*, quem melhor descreveu o modo de funcionamento do dispositivo intralingüístico Eu-Tu-Ele, mesmo sem ter tirado todas as consequências de tal formulação. Lembramos ao leitor que esta observação é em tudo similar à que Safouan faz em relação a Benveniste. Mas, vejamos como o autor desdobra, com e para além de Benveniste, a potência trinitária dos pronomes pessoais, especialmente a potência de desdobramento do Ele.

O autor faz um longo percurso¹⁸ para chegar à fórmula mais simples da trindade “natural” da língua: Eu-Tu-Ele. Assim, o ato de nascimento do sujeito compreende três tempos: o tempo reflexivo do eu (eu/unário); o tempo dual da díade eu-tu (marcada por um operador de conjunção) e, o tempo trinitário da tríade “eu-tu/ele (marcada por um operador de disjunção entre eu-tu e ele). Para Dufour, o eu (unário) é um erro de cálculo inaugural pelo qual o sujeito entra no discurso e tal erro só pode ser estancado pelo dispositivo trinitário.¹⁹

Na díade enunciativa Eu-Tu, o Eu é dominante, já que o Tu não pode ser pensado fora de uma situação exposta a partir do Eu. Dufour assinala que, entretanto, esse Eu vem a fracassar, apesar de ser forte, pois ele falta a si mesmo; ele, o Eu, só é auto-suficiente na condição de ser auto-insuficiente. A quem escolhe não ser vítima desse simulacro, cabe a psicose, diz Dufour.

De forma sucinta, o Eu (signo vazio) é o aqui e agora do presente, é forte, é presença, ou seja: “Eu é quem diz eu”, é aquele que fala. O Tu (signo vazio) – co-presença –, é aquele que acaba de falar ou aquele que vai falar. A relação Eu-Tu, é a primeira alteridade da forma trinitária, porém fraca. O Ele, ao contrário do Eu-Tu que se

do relato e a psicanálise, que exprimem três dos principais estados da língua – enunciação, inconsciente, relato – repousam, em segundo lugar, sobre axiomas trinitários” (2000, p. 49).

¹⁸ Ver a parte dois do livro de Dufour (2000) intitulada “A trindade e a língua”.

¹⁹ A forma trinitária é uma espécie de infralinguagem, imediatamente disponível sob a língua “natural”. Assim, para Dufour (2000), a forma trinitária é a base de qualquer metalinguagem. A ordem binária é posterior a ela, e não o contrário. O texto de Heródoto, por exemplo, é de base trinitária, anterior à lógica binária.

dá no presente da interlocução, realiza, segundo Dufour, um imenso prodígio: Ele faz ver aquilo que não está presente; o terceiro termo – Ele –, introduz uma radical heterogeneidade na relação Eu-Tu. Assim, a comunicação, o fato de que Eu diz alguma coisa a Tu, se institui por uma comunicação marcada pelo valor de Ele. Temos, pois, duas alteridades marcando a forma trinitária: a primeira é Eu-Tu; a segunda é Eu-Tu/Ele.

O Ele é, assim, uma ausência positivamente representada no campo da presença. Assinalávamos, em seções anteriores, que o Ele poderia ser desdobrado (os dois nomes de Heródoto, por exemplo) – duplo Ele. Assim, será que não existiria um Ele que, além de servir como valor para uma ausência positivamente representada no campo da presença, fosse o valor de uma ausência não-representável? Como lembram Safouan e Dufour, Benveniste não fala dessa possibilidade de desdobramento do Ele. Entretanto, ao examinar a obra de Benveniste, encontramos dois valores opostos para o Ele: o Ele como uma forma de respeito, gentil, que promove, e um Ele como uma forma de ultraje, que pode aniquilar a pessoa. Lembremos que a forma não-pessoal do Ele não indexa necessariamente uma pessoa, mas pode indicar “mais ou menos” uma pessoa. Assim, o Ele pode ser uma infinidade de sujeitos, ou nenhum.

Com base nesses dois valores opostos que o Ele pode assumir segundo Benveniste, é que Dufour nos apresenta sua formulação final da forma trinitária. Assim, em um desdobramento do Ele, temos um Ele como ausência positivamente representada no campo da presença e, um Ele como outra forma de ausência, irrepresentável, no campo da presença – uma ausência radical. Fecha-se, pois, a fórmula, que passa a ser caracterizada como (Eu-Tu/Ele)Ele/. Para Dufour (Idem), este Ele/ é externo à estrutura trinitária; está ali para garantir e delimitar, a medida que é perfeita exterioridade. Lembremos que, para Safouan, a possibilidade de desdobramento do Ele estava na Lei, o que é muito similar à formulação de Dufour, já que o Ele/ cumpre o papel de delimitador da fórmula trinitária.

Para Dufour, quando tentamos capturar o *nada*, é Ele/: o Ele/ “goza de um obscuro fascínio, um fascínio não inscrito nas relações ódio/amor, presença/ausência [...] da estrutura trina. O ele/ poderia representar nada?” (Idem, p. 111). Ele/ é o obscuro fascínio, o lugar onde as palavras faltam e, paradoxalmente, é preciso continuar o jogo da enunciação, apesar de tudo.

Finalmente, a possibilidade do duplo Ele se apresenta, ou seja: apresenta-se o que é da ordem da presença – a cena da enuncia-

ção -, e o que é da ordem da ausência radical - o obscuro da cena da enunciação -, que, paradoxalmente, garante que o jogo enunciativo continue. Faltam palavras para representar o irrepresentável e, é isso que garante a possibilidade de continuarmos falando, apesar do horror que o irrepresentável pode, muitas vezes, "representar". Não há possibilidade de o jogo da enunciação fazer-se, senão às custas daquilo que é o seu limite, o seu duplo, a sua alteridade radical. São os dois nomes de Heródoto - pai da história e "mentiroso"; duplo valor de Ele (Ele/Ele) os quais permitem que misturem-se, ao mesmo tempo, história com ficção, pai com mentira, olho com ouvido, oral com escrito...

Ao longo deste texto, fiz referências à existência de duas grandes práticas de simbolização na nossa civilização - a fala e a escrita. Para Dufour, é na díade Ele/Ele (como barrado) que reside a chave de entendimento dessas duas grandes práticas: o Ele visa à fala e o Ele/ visa à escrita. Assim, se para Benveniste as relações interlocutórias da oralidade se estendem entre Eu-Tu/Ele - o tempo eternamente presente -, o Ele/ é referido à escrita, ao irrepresentável - passividade de um tempo sem presente -; tempo da escrita para Blanchot, cuja formulação anunciávamos na abertura deste artigo.

Para Dufour, foi Maurice Blanchot que, neste século, analisou a cena da representação nos termos mais radicais: "Não somente Blanchot não cessou de procurar, na sua atividade de crítico, o ponto de fuga da escrita ocidental em direção ao irrepresentável, passando pelo crivo dessa visada dos Modernos, desde Rimbaud e Mallarmé, mas construiu também, na sua própria prática literária, dispositivos de visada do Ele/" (Idem, p. 112-113). Assim, Blanchot visa o nada, a alteridade radical - um Ele neutro, entre parênteses.

Antes de propor uma discussão acerca da potencialidade do Ele neutro, procurarei, na próxima seção, exemplificar o que poderia ser a relação do escrito com o irrepresentável da qual nos fala Blanchot. Convido o leitor então, a mais um desvio, o qual diz respeito à seguinte afirmação: o irrepresentável, o Ele/, faz escrever, mesmo que o Ele/Ele (barrado), em determinados discursos, surja de forma diferencial.

6.2 Interlúdio: o irrepresentável, a escrita e a função diferencial do Ele desdobrado

Recorro ao apêndice contido no livro de Ramos (2000), intitulado *O discurso psicótico: uma leitura dos diários de Geraldo Araújo*

Fernandes. A autora, ao realizar uma leitura desses diários,²⁰ refere-se, justamente, aos modos de desdobramento do sujeito no discurso psicótico. Para ela, o discurso de Geraldo projeta, muitas vezes, a enunciação num sujeito que, gramaticalmente indeterminado, é reflexo de suas alucinações auditivas. Vejamos uma das páginas do diário de Geraldo: "É possível que Você tenha sido classificado entre os irracionais e que para justificar a permanência de um conceito pagão tenham negado a Geraldo o direito de exercer a profissão de ensino" (VIII, 3. Idem, p. 278).

Para a autora, o discurso de Geraldo oscila entre uma primeira pessoa - o eu da enunciação -, uma segunda pessoa - o Você a quem ele se dirige - e uma terceira pessoa - o próprio Geraldo, que se apresenta quase sempre como aquele de quem se fala (Idem). A terceira pessoa - o Ele enquanto ausente e que garante a díade Eu-Tu -, é o próprio enunciador, ou seja: Geraldo refere-se a si mesmo como um Ele. Geraldo fala de si, consigo e para si e, com isso, garante seu espaço existencial, diz-nos a autora. Concordamos com ela, já que acreditamos que, na psicose, há sujeito, mesmo que seja um sujeito da existência e não do desejo. O diferencial, neste discurso, é que o Ele não é o ausente que garante a possibilidade de enunciação, mas um presente na ordem do "real".²¹

Há, pelo menos, duas questões a serem pontuadas em relação ao modo como o Ele surge no discurso de Geraldo: a primeira diz respeito ao Ele, enquanto ausente o qual, neste discurso, surge, contraditoriamente, como um Ele presente, de forma similar à que as crianças fazem, quando de seus primeiros exercícios sistemáticos de linguagem, ou seja, Eu é um Ele. A segunda questão diz respeito ao papel do Ele/, fazendo marcas diferenciais no discurso (o modo de ocupação do espaço da folha, por exemplo), cujo obje-

²⁰ Geraldo Araújo Fernandes foi aluno da faculdade de letras da UFMG. "Bacharelou-se em Letras Clássicas no limiar dos anos sessenta, não conseguindo licenciar-se, entretanto, por ter sido reprovado no curso de Didática, mais particularmente nas disciplinas de Sociologia e Psicologia" (Ramos, 2000, p. 271). A autora utilizou *Os Diários* de Geraldo, os quais abrangem vinte cadernos, "escritos da primeira à última páginas, e nas contracapas, sem qualquer espaço em branco" (Idem). É interessante salientar a especificidade do escrito de Geraldo no que concerne à ocupação do espaço. No trabalho com crianças com estruturação psicótica, observa-se, também, que a ocupação do espaço da folha tende a ser totalmente aproveitado. Parece existir um horror frente ao espaço em branco, em aberto. Um trabalho interessante acerca da ocupação do espaço na escrita é o de Fátima L. Vidal Rodrigues - *O processo de produção de escrita de crianças com estruturação psicótica* (trabalho de dissertação em desenvolvimento).

²¹ Desenvolver a questão do Ele como "presença real" foge aos objetivos deste artigo. Recomendo ao leitor a leitura do apêndice - O discurso psicótico: uma leitura dos diários de Geraldo Araújo Fernandes - presente no livro de RAMOS, Maria Luiza. *Interfaces: literatura, mito, inconsciente e cognição*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

tivo parece ser o de limitar, barrar o transbordamento do *nada*, do irrepresentável. O Eu, “desapropriado por um Ele” testemunha, assim, o lugar que o Ele/ ocupa no próprio discurso.

Ramos salienta que o lugar do Eu não é no palco da cena enunciativa; o Eu não é nem ator, nem diretor de cena. O Eu, neste discurso psicótico é a platéia – um Eu que se fala como um Ele, assistindo-se a si próprio na enunciação. Assim, por um lado, o Ele invade a cena enunciativa e faz com que os lugares sejam invertidos; por outro lado, o Ele/ propicia a escrita dos *Diários* de Geraldo, em uma espécie de contenção do transbordamento psíquico aí implicado.

Não é gratuitamente que Ramos, ao relatar o *corpus* objeto de análise – *vinte cadernos* –, assinala que os mesmos foram escritos da primeira à última página, bem como nas contracapas, sem qualquer espaço em branco. Afinal, é preciso delimitar, fazer sistema de contenção ao *nada*; é preciso que alguma possibilidade de Lei seja aí instaurada, quer no nível da linguagem, quer no nível da estruturação psíquica, mesmo que esta seja só uma versão, dentre outras possíveis. Escrever, mesmo que de uma forma diferencial, como parece ser o caso de Geraldo, é o testemunho de que se luta para assegurar algum tipo de saída para sua existência²².

Diferentemente de Heródoto, o qual pode ser, ao mesmo tempo, pai da história e “mentiroso”, ou seja, pode comportar uma duplicidade do Ele na própria nominação, Geraldo é um sem-nome, por paradoxal que seja. Como alguém pode chamar-se Geraldo e ser sem nome? Qual é a diferença entre a enunciação em Heródoto e em Geraldo? Na narração que Heródoto faz das *Histórias*, temos a seguinte formulação: *Eu, Heródoto de Policarnasso, digo* (a alguém) *o que eu vi, eu ouvi*. O ele está aqui na condição de um ausente, acentuando o Eu forte – ilusão necessária a todo falante. Já na narrativa que Geraldo faz nos seus *Diários*, temos a seguinte formulação: *Dizem que os filhos da mulher de seu pai projetam tomar cem mil cruzeiros de Você, dizendo que Geraldo lhes deu essa quantia* (VIII, 97). O Eu forte da enunciação está ausente e, no seu lugar, temos um grande Tu (*Você*) a quem ele se dirige e, uma terceira pessoa, um Ele (aquele de quem se fala) como sendo o próprio Geraldo. Em outros termos, tal como assinala Ramos, ele não ocu-

pa a função de ator, mas de platéia de si mesmo. Tal fato significa que a possibilidade de ter um nome, poder nomear-se como um Eu, mesmo que isso seja uma ilusão, é extremamente difícil para Geraldo. É como se Geraldo mostrasse, através do diferencial de sua estrutura subjetiva, a estruturação trinitária literalmente. Assim, o Ele enquanto ausência representada no campo da presença e o Ele/ enquanto ausência irrepresentável no campo da presença, são presenças efetivas no discurso.

Entretanto, apesar das dificuldades de tomar-se subjetivamente como um Eu e, assim, constituir um nome próprio, Geraldo consegue, através dos seus escritos, construir uma versão deste nome, mesmo que seja tomando-se por Ele. Assim, os *Diários* de Geraldo são o testemunho das tentativas que faz para manter o equilíbrio psíquico através da restituição de uma situação ternária, onde o lugar terceiro, o Ele, possa vir a se instaurar. E é, talvez justamente por isso, que a constituição trinitária – (Eu-Tu/Ele)Ele –, neste caso, aparece quase literalmente.

Não é minha intenção analisar, neste texto, a complexidade do discurso psicótico. O desvio pelo discurso de Geraldo, acima analisado, foi apenas no sentido de pontuar que o Ele/Ele pode estar no discurso como garantia da enunciação e, portanto, estar na condição de ausente (representável ou não-representável) e, também, pode estar no discurso como presença-presente, portanto, na ordem do “real”.

Na tentativa de delimitar o paradoxo da presença do irrepresentável na enunciação, oral ou escrita, tal como assinalado por Hartog, Benveniste, Blanchot, Dufour, entre outros, em diferentes momentos do texto e de maneiras singulares, recorro a Deleuze. É através deste autor que procuro problematizar algumas questões surgidas ao longo desta minha argumentação, principalmente no que diz respeito ao desdobramento do Ele. Talvez fosse mais prudente terminar o artigo deixando em aberto a problematização acima referida, propiciando ao leitor a possibilidade de imaginar, segundo suas preferências, quem é o Ele/. Entretanto, se me tomo como leitora, também eu não posso resistir a imaginar o Ele/, mesmo que a resposta já tenha sido dada de antemão, antes mesmo de formular a questão, ou seja: não seria o desdobramento do Ele em Heródoto, como pai da história e “mentiroso”, que conteria o embrião da resposta?

²² Para analisar o modo como a psicanálise trata das relações entre escrita e psicose é preciso ler Lacan, quando fala em busca da suplência à ausência do Nome-do-Pai, como uma tentativa de alcançar uma certa estabilização subjetiva quando da ocorrência da psicose. Sugiro a leitura do Seminário 23 (inédito) de Jacques Lacan, bem como o livro de FREIRE, Marcelo Muniz. *A escritura psicótica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

6.3 Ele/Elle – a “quarta pessoa do singular”

Ele/Elle – uma fórmula vazia onde todos os devires são possíveis: pode ser a impessoalidade – o sujeito é um impessoal – da qual nos fala Deleuze; pode ser a categoria de não-pessoa, da qual nos fala Benveniste; pode ser, ainda, o irrepresentável que concerne ao real na teoria lacaniana; mas pode ser, também, o Ele barrado da escrita, do qual nos fala Dufour; finalmente, sem esgotar as possibilidades, pode ser a “quarta pessoa” do singular do verso abaixo.

*E ele é o olho louco da quarta pessoa do singular
da qual ninguém fala
e ele é a voz da quarta pessoa do singular
pela qual ninguém fala
e que todavia existe.*

(Lawrence Ferlinghetti – *Un regard sur le monde*. In: Schérer, 2000).

A quarta pessoa do singular diz respeito tanto ao Ele/ (o irrepresentável), como diz respeito a singularidade que daí pode advir (devir). É o *on*, sujeito indefinido do anônimo, da banalidade cotidiana, da potência de vida, de criação. O *on* é da ordem do acontecimento. Para Deleuze, o *on* difere da banalidade cotidiana. É “o *on* das singularidades impessoais e pré-individuais, o *on* do acontecimento puro em que morre é como chove. O esplendor do *on* é o do acontecimento mesmo ou o da quarta pessoa” (1969, p. 124).

O *on*, o *ele*, o *um* – os impessoais da língua que dizem do acontecimento. O ser enquanto acontecimento, enquanto modo ou singularidade dá-se no impessoal da língua (o *quatenus*), “uma quarta pessoa, pela qual ninguém fala, da qual ninguém fala, mas que todavia existe” (Schérer, 2000, p. 25). Ou melhor, insiste mais e diferentemente.

A quarta pessoa, o impessoal escapa da dialética da negatividade de Hegel, escapa da lógica do contraditório para se estabelecer na lógica do paradoxo – quarta pessoa do singular – Ele/. Quarta pessoa que é o motor do sentido e que desencadeia o mecanismo da criação. Assim, não são as duas primeiras pessoas a condição da enunciação literária (modelo literário que Deleuze adota no lugar da Linguística); a literatura só começa com o Ele/, enquanto quarta pessoa, o qual nos despoja do poder de dizer Eu.

No texto *Crítica e clínica* (1997), Deleuze desmente a Linguística que faz das duas primeiras pessoas, qualificadas de embreantes,

as condições de enunciação, ou seja, da determinação do sentido.²³ Deleuze, em uma nota de rodapé, cita Blanchot: “Algo acontece (aos personagens) que estes só podem retornar renunciando ao poder de dizer eu” (*La part du feu*, 1999, p. 29-30). Tomando este dito de Blanchot, Deleuze fala, em termos genéricos, que a literatura, nesse caso, “parece desmentir a concepção Linguística que encontra nos embreantes, e especialmente nas duas primeiras pessoas, a própria condição de enunciação” (Deleuze, 1997, p. 13). Assim, para Deleuze, tem-se, em primeiro lugar um *fala-se*, um *on*.

Para Schérer (idem), Deleuze, aparentemente, adota a tese de Benveniste acerca da existência da não-pessoa, do Ele e do *on*. Para o autor, essa escolha é feita, efetivamente, mas às custas de um desvio, qual seja: transforma a categoria de não-pessoa em uma positividade – a quarta pessoa. Radicaliza, assim, a formulação de Benveniste e, através de um desvio pela literatura, afirma a positividade.

Essa quarta pessoa é da ordem do irrepresentável, a qual faz escrever. A fonte onde Deleuze vai buscar sua inspiração é na literatura, especialmente nos artigos consagrados a Melville, a Walt Whitman, assim como nos dois artigos sobre Lawrence, contidos no livro *Crítica e Clínica* (idem). São artigos que precisam, de forma clara, a potência do impessoal, da quarta pessoa. O esplendor do *on* não está referido a um Eu ou a um Nós, mas ao impessoal, ao qualquer – à quarta pessoa. Entretanto, não é fácil desembaraçar-se do *on/se* ou do *on/eu*. O *on*, para Deleuze, é para quando a linguagem falta, quando um vazio se abre e a *gente*, o *on*, se mantém no limite, à beira da fenda, do abismo.

Afirmamos, na seção anterior, que o vazio do irrepresentável faz escrever. Tal formulação é radicalizada por Deleuze de forma singular. Para o autor, o escrever permite a criação, pois o escritor, como nos diz Proust, inventa na língua uma nova língua, uma língua de algum modo estrangeira. Assim, a literatura é saúde, onde o escrito não é o neurótico ou o psicótico, mas, antes de tudo, o médico de si mesmo (a psicanálise já descobriu isso faz tempo). Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em vias de

²³ Em Deleuze temos uma Filosofia como criação de conceitos (e não repetição de conceitos): uma filosofia do acontecimento (e não da essência); uma clínica e uma lógica do sentido (e não uma origem). Sentido nunca é princípio ou origem, é produzido. Assim, o sentido não está por ser descoberto, restaurado ou reempregado – está por ser produzido por novas maquinarias, na própria enunciação, na instância do acontecimento. O que faz Deleuze é propor uma lógica do sentido que é uma filosofia do acaso, o lançar de dados. Assim, para o autor, pensar é lançar dados.

fazer-se; é um processo – a escrita é inseparável do devir. Não há linha reta, nem nas coisas, nem na linguagem.

Cada escritor é obrigado a inventar para si uma língua, sua língua contra a própria língua mãe. Disso resulta o estilo, sua singularidade. Entretanto, isso não significa o desconhecimento da língua mãe; pelo contrário, significa o máximo de domínio dela, para então reinventá-la, dizê-la de outro modo. Não é voltando-se contra a Linguística, mas dominando-a para subvertê-la, com suas próprias ferramentas. Assim, um escritor se faz sem se dizer escritor. Um escritor não precisa afirmar-se como tal; ele está preocupado com outras coisas. Em suma, para Deleuze: pensar de outro modo; escrever de outro modo, de modo a singularizar-se – está aí, em toda a sua potência, o processo de criação.

Para Deleuze, a quarta pessoa é o outro nome da criação; para Blanchot, a quarta pessoa seria o outro nome para o irrepresentável;²⁴ para Benveniste, a quarta pessoa seria o outro nome para o desdobramento que a categoria de não-pessoa, o Ele, pode assumir; para Dufour, a quarta pessoa seria o outro nome para o Ele/; finalmente, a quarta pessoa seria para Heródoto a outra versão do pai da história – a de “mentiroso”.

7 Quem é Ele?

Finalmente, o leitor poderia lançar uma interrogação a quem escreve acerca d’Ele – quem é Ele? Ele é, ao mesmo tempo: o outro que fala através d’Eu; o outro que é falado através de Tu; é o “neutro” como condição de toda enunciação; Ele é um Eu que conta a Tu histórias que ouviu d’Ele/Ele; enfim, Ele é um “mentiroso”, já que, paradoxalmente, pretende, ao mesmo tempo, usufruir de dupla nomeação. Ele é Heródoto, o qual é, ao mesmo tempo, pai e “mentiroso”. Assim, escrever sobre o Ele/ é uma tentativa de “se livrar da fascinação da ausência do tempo; e, a ausência do tempo

²⁴ O problema da representação/do irrepresentável é que está em jogo; há um questionamento à representação, já que esta nos leva a repetição do já sabido enquanto o que é da ordem do irrepresentável é escamoteado, por não caber nas categorias clássicas da representação. Pretende-se, na verdade, dar um estatuto ao que é da ordem do irrepresentável, já que este é pura potência, puro devir, em vias de tornar-se – é isso que Deleuze quer resgatar e que as teorias clássicas teimam em escamotear. Nessa potência, nesse devir, está o que é da ordem da criação, da arte, da literatura, da estética. Isso não significa louvar a pura potência e, sim, poder dar-lhe lugar, pois é ela que gera o novo. Nas teorias clássicas da representação, com ênfase no conceito, o que acontece é que o novo, o diferente tem de ser subordinado ao já conhecido, ao que se conforma às regras do conceito.

não é um modo puramente negativo; ao contrário, é um tempo sem negação” (Blanchot, 2000, p. 25).

No início deste texto, invoquei Blanchot e, para ser coerente, finalizo também com ele, mas descontextualizando suas palavras. Assim, escrever sobre Ele “é a maior violência que existe, pois transgredir a Lei, toda lei e sua própria lei” (2001, p. 9). É a violência de um tensionamento sempre presente entre o olho e o ouvido – *muthôdes* –; é a violência do tensionamento entre o oral e o escrito; entre o representável e o irrepresentável; entre o pai e o “mentiroso”; enfim, entre *Ele* e *Ele/*.

Referências bibliográficas

- BLANCHOT, Maurice. *Le pas au-delà*. Paris: Gallimard, 1973.
- . *La part du feu*. Paris: Gallimard, 1999.
- . *L'espace littéraire*. Paris: Gallimard, 2000.
- . *A conversa infinita – A palavra plural*. São Paulo: Escuta, 2001.
- BENJAMIN, Walter. Teoria Barroca da linguagem. In: *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- . *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.
- BENVENISTE, Emile. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano –1*. Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- . *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- . *Logique du sens*. Paris: Minuit, 1969.
- DUFOUR, Dany-Robert. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- FREIRE, Marcelo Muniz. *A escritura psicótica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.
- LACAN, Jacques. Seminário XXIII, *Le Sinthoma* (inédito).
- RAMOS, Maria Luiza. *Interfaces: Literatura, mito, inconsciente, cognição*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- SAFOUAN, M. (org.). *O homem e o sujeito*. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

SCHÄFFER, Margareth. Subjetividade e enunciação. Revista *Educação e Realidade*, Porto Alegre, FCED/UFRGS, n. v., 1999.

———. Negação: um problema mal colocado? In: *Aventuras do sentido: psicanálise e lingüística*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SCHÉRER, René. Homo Tantum – o impessoal: uma política. In: ALLIEZ, Éric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.